

O diálogo entre o acervo sonoro e os arquivos pessoais: o caso do DAD/COC/FIOCRUZ

Magda Almada¹

Neste subcapítulo se apresenta sobre a metodologia de história oral e os documentos sonoros que compõem o acervo sonoro do DAD, quer sejam produzidos ou recolhidos em diálogo com os arquivos pessoais. Como já dito, a atividade que resultou na constituição deste acervo antecedeu até mesmo a criação da COC e a consolidação do DAD como Departamento. A execução de projetos de história oral que gerou acervo sonoro institucional, bem como a incorporação de arquivos pessoais pela COC, que podem conter documentação arquivística deste gênero, foram os fundamentos para o acervo sonoro armazenado e preservado pelo DAD. Além de entrevistas realizadas e o material incorporado ao acervo, à documentação arquivística sonora possui depoimentos avulsos, e também, registros de eventos institucionais, palestras e cursos.

A intenção é historicizar algumas das principais experiências e iniciativas sobre os arquivos pessoais em âmbito nacional e internacional, chamando a atenção para a importância da publicação **Manual de Organização de Arquivos Pessoais**, elaborado pelo DAD, no que se refere ao seu conteúdo técnico e representatividade na área.” Nesse sentido, é importante definirmos algumas categorias que fazem parte desta temática, tais como arquivo oral, acervo sonoro e fonte oral.

Arquivo oral é a designação dada à fonte confiada a um órgão público (pessoa física ou jurídica), que pode ser consultado atendendo às condições legais habituais pré-estabelecidas e sujeitas às diretrizes previstas na Lei de Direito Autoral Brasileira (Lei 9.610/98, ou “LDA”), da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11) e Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). As instituições que possuem arquivos orais comumente possuem programas de história oral e produzem tais documentos que são disponibilizados aos interessados. O exemplo mais conhecido de instituição com esta identidade é o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, já que foi pioneiro desta iniciativa no Brasil

¹ Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT), da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. Especialista em Gestão da Informação e Inteligência Competitiva, da UNESA/RJ e Bibliotecária/UniRio. magda.almada@gmail.com.

(BORGES, 2012). Vale a ressalva de que a COC é uma instituição que detém acervo arquivístico permanente com documentos sonoros e por isso possui uma política de acervo, o que ainda não ocorre com o CPDOC e outras instituições.

O que designamos como acervo sonoro é composto por documentos sonoros que podem ser entrevistas, relatos e registros radiofônicos, musicais e etnomusicológicos, que estejam custodiados por um arquivo ou museu, ou seja, são acervos institucionalizados, mas nem sempre possuem uma política de acervo. A fonte oral pode ser entendida como o material gravado por um pesquisador, independente da área de atuação, que atenda às necessidades metodológicas considerando os objetivos e hipóteses explicitados em seu projeto. Cabe destacar que a tendência hoje é utilizar a expressão “fonte oral” em detrimento de “história oral”, por ser mais abrangente e não impor barreiras ou dificuldades ao acesso que o pesquisador pode ter aos testemunhos orais (BORGES, 2012; FRANK, 1999).

Voldman (2006) discorre sobre a variação dos termos “história oral”, “fonte oral”, “arquivo oral”, “relato de vida” e “testemunho”; e ainda “entrevistado”, “informante”, “testemunha” e “investigado”. A autora confirma que as três primeiras designações estão mais próximas e define que história oral é “(...) o método que consiste em utilizar palavras gravadas; [...] fonte oral se distingue por ser suporte da fonte escrita e arquivo oral é designado à fonte confiada a um organismo público (ou a uma pessoa física ou jurídica) e seus documentos podem ser consultados.” (VOLDMAN, 2006, p. 248), ou seja, estão abertos ao público e são considerados importantes para a identidade destas instituições.

Vale ratificar que nesta dissertação estamos trabalhando com a categoria de documento sonoro arquivístico, já que ele se encontra em uma instituição de arquivo, DAD/COC. É importante chamar a atenção a este respeito, uma vez que há museus que guardam igualmente em seu acervo documentos sonoros, como o Musée de l'Homme, na França, e o Museu da Imagem e do Som, do Rio de Janeiro.

Os autores Lang (1996) e Queiroz (1991) refletem a respeito da história oral enfocando as diferentes versões e interpretações possíveis de serem preservadas por meio dos depoimentos, já que através deles podem ser recuperadas memórias e histórias de forma diversa da apresentada em documentos arquivísticos de outros gêneros, como os textuais, por exemplo. Nesse sentido, fatos que se tornam conhecidos com os depoimentos podem registrá-los de maneira diferenciada da exposta em documentos

escritos e se complementam, já que se trata de linguagem, suporte e autores diferentes. O registro derivado da fala do sujeito, embora possa parecer subjetivo em excesso, não o é mais do que uma carta ou relatório, ou demais fontes arquivísticas que se encontram em instituições de pesquisa.

Tourtier-Bonazzi (2006) afirma que o uso da história oral é uma escolha metodológica do pesquisador. Segundo ela, no que se refere às instituições e suas coleções documentais, é necessária a definição de uma política de acervos, que tenha alguns dos principais objetivos, tais como formar o acervo, sua organização e tratamento, e com isso a preservação. A autora afirma que a prática de organizar o acervo inclui sobretudo o tratamento documental, indispensável em função da atenção necessária ao acúmulo dos registros orais e preservação de sua história arquivística. No caso do DAD, há o inventário do acervo sonoro que é um instrumento de pesquisa cuja função é documentar o crescimento do acervo, oferecendo um mapeamento completo de seu conteúdo.

Conforme a Figura 1 ilustra, a maior parte do acervo sonoro do DAD resulta dos projetos de pesquisa em história oral desenvolvidos pelos pesquisadores da COC, que atuam principalmente no Departamento de Pesquisas em História das Ciências e da Saúde, mas também em outros Departamentos da COC, como o DAD e o DPH, em menor número. A história oral gera documentos que serão fontes de pesquisa para a comunidade acadêmica e a sociedade, de modo geral, sendo a maioria de tais depoimentos resultado das gravações realizadas no âmbito dos projetos. Mais que a comprovação das atividades de um determinado projeto de pesquisa ou ação acadêmica, os depoimentos podem estabelecer um elo entre práticas e estudos em relação à memória, a um tema político ou científico e questões relativas ao patrimônio, arquivo e preservação digital, temas presentes nesta dissertação (ALBERTI, 1996; 1999).

Figura 1: História oral: entrevistas, depoimentos e relatos.



Fonte: Autora (2021)

Conforme Meihy (2005), a metodologia da história oral é um procedimento alinhado à produção e difusão do conhecimento, que associa entrevistador, entrevistado e um aparelho de gravação, seja um gravador tradicional, um aparelho celular ou uma câmera de filmagem, no caso de se ter o registro também em vídeo. Lucia Delgado (2010) define a história oral como um procedimento para a construção e difusão de fontes, cujos registros são o resultado de relatos estimulados ou induzidos. Estes registros se referem às interpretações sobre o tema do projeto em variados aspectos, que podem ser geográficos, temporais, tensionais e históricos. Esta autora afirma que a história oral é uma das formas da sociedade acessar e recuperar a produção do conhecimento histórico e a correlaciona de forma dupla, estabelecendo um elo entre passado e presente. O passado normalmente é a época enfocada pelo depoente, cujo depoimento é realizado no tempo presente: “Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos, registros e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades” (DELGADO, 2010, p.16). Contudo, esta interferência é relativa, uma vez que o depoente, comumente, tem autonomia para narrar da forma como melhor compreender o que lhe é perguntado.

Outros autores, como Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (2006) ratificam que a história oral estimula e produz documentos que são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo. Nesse sentido, o entrevistador distancia-se de versões e interpretações fundadas em uma rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa, e busca caminhos alternativos de interpretação (FERREIRA; AMADO, 2006). José Carlos Meihy (2006) afirma que ela é

como uma divisão de saberes e fazeres, que se separa em dois campos, o culturalista e o instrumental:

(...) Para respostas adequadas sobre o tema temos de qualificar as questões essenciais a seu entendimento: Por que história oral? De quem? Para quem? De um lado situam-se posturas bem formuladas que se aprazem em repetir de jeitos novos, soluções antigas e – por que não dizer? – alienadas, de formulação de conteúdos acadêmicos gastos e sem função social, pois afinal como já se disse ad nauseam “a história oral não é solução para tudo (MEIHY, 2006, p.194).

Todavia, observamos que tal metodologia é um saber prático, mas exige sabedoria por parte do entrevistador em perguntar adequadamente e guiar a entrevista para o registro acontecer da melhor maneira possível, constituindo-se, assim, em uma contribuição para a produção científica guardando as especificidades com o tema da pesquisa.

Ainda que seja aceito o inevitável – que história oral não seja solução para tudo – sabe-se que ela é, pelo menos, uma janela que deixa ventilar o ar puro do “tempo presente” e que sem ele não se pode pensar a sociedade e os projetos de melhoria da vida coletiva com base em saber rigoroso e comprometido. (MEIHY, 2006, p.194)

Delgado (2010) relata que o passado vem à tona por meio do depoente e o presente o incorpora e ecoa, através de suas narrativas e seu processo dinâmico referente à vida privada ou pessoal em concordância aos processos individuais e/ou coletivos. A reconstituição dessa dinâmica converge com o acervo aqui estudado que também é dinâmico e a História e a Memória são processos e ações que possuem ligação entre si. Consequentemente, o objetivo principal da história oral é um procedimento relacionado a um processo metodológico que preconiza a formulação estrutural de entrevistas e depoimentos com pessoas que presenciaram os processos históricos ou atestaram fatos ocorridos, tanto no âmbito da vida pública quanto privada; ela ratifica que a história oral produz documentos que são fontes para pesquisa (DELGADO, 2010).

Alessandro Portelli (2010) afirma que a história oral é significativa como processo metodológico de investigação cultural, histórica e social, conquistando cada vez mais

reconhecimento e espaço no meio acadêmico por sua capacidade de revelar discursos e outros sujeitos, dar voz a muitas vozes que possam ter sido silenciadas em análises já realizadas com outras fontes de pesquisa. Segundo ele, a história oral é uma boa alternativa metodológica para a compreensão das problemáticas dos sujeitos, das culturas, identidades, instituições e memórias. Esta prática é, portanto, uma alternativa crítica à análise das novas questões históricas e sociais que se colocam no século XXI (PORTELLI, 2010).

Atualmente sabemos que a metodologia, que sofreu críticas no início de sua utilização mais ampla em pesquisas científicas, alcançou seu patamar de reconhecimento como tal. Nesse sentido, não cabem mais críticas que a possam ver como método de pesquisa que gera uma fonte com excesso de subjetividade pelo fato da entrevista ser produzida pelo pesquisador que tem interesse no tema e no que o depoente deixa registrado. A subjetividade pode também fazer parte do olhar de todo pesquisador em outras fontes, tais como fotografias, jornais ou até mesmo, as autobiografias.

Podemos considerar que algumas iniciativas tais como ter uma política institucional de acervos e um plano de preservação digital, impactam positivamente o lugar ocupado pelo acervo gerado com as entrevistas apoiadas na metodologia de história oral. Este dado, em longo prazo, pode interferir diretamente no processo de patrimonialização desta documentação e seus acervos nas respectivas instituições que as produziram e que as preservam.

A consolidação desta metodologia no campo acadêmico a partir dos anos 1970 e 1980, trouxe a criação de associações como a Associação Brasileira de História Oral (ABHO), em 1994; da *International Oral History Association* (IOHA), em 1996; de periódicos científicos, como a Revista de História Oral, em 1998, e inúmeras publicações explorando aspectos metodológicos, teóricos, arquivísticos ou temáticos sobre o fazer entrevistas e suas consequências. Nas universidades brasileiras se consideram bastante positivos os exemplos do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI), na UFF, criado em 1982; o Núcleo de História Oral e Memória, da UFRJ, criado em 2005, bem como o Repositório de Entrevistas de História Oral (REPHO), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criado em 2017.

Os documentos gerados a partir da metodologia de história oral são fundamentais neste trabalho por serem considerados um tipo de documento-monumento que registram passado-presente e se constituem, em sua maioria, de conjuntos documentais pertencentes ao Fundo COC já que foram gerados por meio dos projetos de história oral. Outra parte é a que integra os arquivos pessoais recebidos em doação pela COC, cujos documentos sonoros foram gerados e/ou acumulados pelo titular do arquivo. Além destes, o acervo sonoro possui gravações de cursos, eventos e comemorações, bem como os depoimentos avulsos, que são realizados com os mais diferentes fins como, por exemplo, uma pesquisa exploratória que ajuda a consolidar uma análise mais ampla sobre uma associação médica ou a trajetória de uma figura histórica na saúde pública.

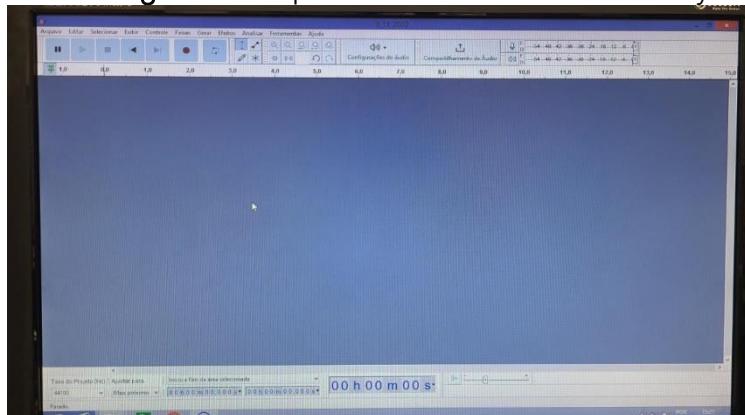
Conforme Freitas (2006) e outros autores que trabalham com as etapas metodológicas da história oral, como Meihy; Seawright (2020), Alves (2016), Delgado (2010), Alberti (2015), Sordi (2007), Meihy (2006), Tourtier-Bonazzi (2006) e Thompson (1998), as entrevistas comumente são produzidas no âmbito de um projeto de pesquisa, no qual serão explicitados os objetivos a serem alcançados, os pressupostos teóricos, cronograma de execução, perfil dos depoentes, um quantitativo de entrevistas a ser executado e questões básicas a serem incluídas nos roteiros das entrevistas. De modo geral, após a elaboração do projeto e escolha dos depoentes, deve-se entrar em contato com estes e solicitar um currículo profissional, se couber. A partir daí, elabora-se um roteiro para a entrevista que normalmente abrange aspectos de sua trajetória de vida, formação acadêmica e profissional, com questões que procuram responder os objetivos da pesquisa.

Em geral, após a entrevista, o depoente assina a cessão de direitos cedendo à Fiocruz os direitos sobre aquele material sonoro que será transscrito por um profissional, conferido por um dos entrevistadores e/ou pesquisadores que fazem parte do projeto de pesquisa e elaborado um sumário e resenha biográfica do depoente, de modo a facilitar a pesquisa. O uso deste material é livre, estando aberto a quaisquer interessados nos temas abrangidos pelas entrevistas. Nos casos em que esta liberação não se dê plenamente, pode-se ter acesso ao documento transscrito que seja autorizado pelo depoente, devendo estar explicitado na cessão de direitos que a Fiocruz é responsável por guardar e preservar aquele documento arquivístico sonoro, que será tratado e conservado segundo as normas arquivísticas empregadas neste gênero documental.

Seu uso será para trabalhos que resultem em exposição, livros, artigos científicos ou quaisquer outros de divulgação científica, que visem publicizar seu conteúdo para a sociedade.

Atualmente, como as entrevistas são todas realizadas no modo digital, temos um arquivo de áudio, preferencialmente gravado no modo .wav, em formato não comprimido, para assegurar maior autenticidade ao documento produzido, que é considerada a fonte primária da pesquisa. Este arquivo é copiado para dois HDs e para um computador específico para este fim; até 2021, era gerada uma cópia em suporte CD ou DVD, mas atualmente se verificou não ser necessário este tipo de procedimento. Ao arquivo digital contendo a entrevista são incluídas informações de metadados e identificação pormenorizada sobre a produção do documento. O arquivo digital com a entrevista pode ter sua qualidade de áudio melhorada se submetido a um software como observamos na Figura 2, dos tipos *Audacity*, *Sound Forge* ou qualquer outro similar, não modificando a gravação original como fonte documental.

Figura 2: Preparo da entrevista no Audacity.



Fonte: Silveira Júnior (2022)

O registro sonoro proveniente dos projetos de pesquisa executados na COC e que fazem parte do Fundo COC, são resultado das ações destes profissionais nestes projetos. Além destes depoimentos, o DAD armazena outros depoimentos como os avulsos, que são gravações realizadas sem estarem ligadas a um projeto de pesquisa; são entrevistas exploratórias, direcionadas para um ponto específico e bastante pontuais. Além destes depoimentos, o acervo conta com uma parte relativa aos eventos, cursos, comemorações, palestras etc., que foram produzidos pela COC ou recebidos por doação a partir de iniciativas de seus pesquisadores.

Além deste conjunto representativo, há uma parcela da documentação constituída de gravações realizadas ou acumuladas pelos titulares dos arquivos pessoais, que são doados pelos próprios ou por seus familiares, ao acervo permanente da COC. Como já vimos anteriormente, a associação entre os arquivos pessoais e os depoimentos de história oral para a criação e concretização da COC como unidade técnico-científica da Fiocruz, é bastante relevante, existindo uma associação entre a realização dos projetos de história oral e a doação de arquivos pessoais de cientistas e de personalidades ligadas à saúde pública.

Renata Borges (2021) elucida a importância das entrevistas geradas com os projetos de história oral ao analisar o depoimento de Celso Arcoverde de Freitas, produzido no âmbito do Projeto Memória da Saúde Pública, do Fundo COC. Ao realizar a pesquisa para sua tese de doutorado no Programa de Ciência da Informação, na UFF, este depoimento foi o elemento propulsor que a impulsionou efetuar uma análise e interpretação do arquivo pessoal deste titular, Celso Arcoverde de Freitas, e é inegável que o acesso à entrevista contribuiu diretamente para seu objeto de pesquisa.

Angela de Castro Gomes (2020) afirma que a metodologia da história oral tem sido muito importante para a produção científica e acadêmica, não só na área de História, mas também de Arquivologia, Antropologia ou Ciências Sociais, sobretudo a partir da década de 1980. No caso da COC, percebemos que a ligação entre os arquivos pessoais e o acervo sonoro, possibilita ter contato com memórias individuais e histórias institucionais, mas também com temáticas nacionais a respeito da história das ciências e da saúde do Brasil. Desta forma, os documentos arquivísticos sonoros se constituem em fontes de pesquisa custodiadas e preservadas pelo DAD, que com a Base Arch, repositório institucional fundamental em pesquisas documentais, gerencia e recupera estas informações.

Os arquivos pessoais na França, segundo Christine Nougaret (2002, apud OLIVEIRA, 2011), só começa a ter sua devida importância na segunda metade do século XIX, pois até então as questões contempladas para documentos arquivísticos estavam relacionadas especificamente aos arquivos públicos. Assim, a temática envolvendo os arquivos privados na ciência arquivística, ainda no século XIX, tem contribuição direta ao interesse de guarda de tais documentos. Oliveira (2011) relata que neste período a busca realizada nos arquivos era de caráter histórico, sobretudo.

Vale ressaltar que na França os arquivos pessoais pertencem ao patrimônio nacional; no Brasil os arquivos pessoais institucionalizados também são de interesse público e possíveis de serem consultados pela sociedade acadêmica e civil. Segundo Oliveira (2011, p.26) esta definição de patrimônio nacional, se dá em função do “declínio do Antigo Regime com o sequestro, por parte do novo governo, dos bens do clero, de nobres e de imigrantes, bem como o recolhimento dos arquivos de nobres e de imigrantes aos repositórios públicos”.

Lembramos que em 1841, Natali de Wailly formulou o princípio da proveniência e 15 anos depois, o processo de reintegração entre arquivos públicos e privados contribuiu para que os documentos objeto desse processo fossem inseridos nas séries levando-se em consideração sua temática e não a origem dos documentos. Tal procedimento recomenda que o princípio do respeito aos fundos tenha sido o marco teórico na ciência arquivística por ter como base a organização dos arquivos, ainda que não fosse totalmente diagnosticada e explorada na França (OLIVEIRA, 2011).

Em obra publicada em 2002, Nougaret afirma que os arquivos privados alcançaram grande notoriedade no âmbito público em 1981, mas foram praticamente ignorados pela ciência arquivística durante várias décadas: “(...) duas iniciativas privadas concomitantes que ocorre na entrada decisória dos arquivos privados seja dos Arquivos Nacionais seja no meio dos historiadores” (OLIVEIRA, 2011, p. 27).

Os estudos e as práticas referentes aos arquivos privados, arquivos pessoais ou arquivos familiares, foram realizados pelo presidente da Sociedade de História da França, o Marquês Melchior de Vogué, que ratificou reconhecimento desses arquivos como fonte histórica para o país e defendia a não dispersão dos arquivos pessoais institucionalizados. O Marquês de Vogué tinha interesse que a França fizesse um documento similar ao apresentado pela Comissão de Manuscritos Históricos do Reino Unido, em 1869, no qual os arquivos pessoais institucionalizados eram concentrados no Arquivo Público do Reino Unido, ou seja, não eram dispersos como se dava na França, e mais adiante falaremos com detalhes sobre esta Comissão.

As duas iniciativas mencionadas por Nougaret foram primeiramente a publicação em 1891, do livro “Os arquivos da História da França” (OLIVEIRA, 2011, p. 27), de Charles-Victor, diretor do Arquivo Nacional da França. Nesta obra Henri Stein é autor de um capítulo intitulado “Arquivos diversos” que compõe a temática dos “arquivos

familiares e dos castelos". A segunda iniciativa apontada por Oliveira foi o mapeamento realizado a partir do cadastro de documentos de arquivos privados encontrados nos acervos dos departamentos institucionais "(...) a publicação tinha como objetivo identificar todos os arquivos públicos ou privados importantes para a História da França indicava que os materiais considerados históricos e científicos encontravam-se sob a custódia das bibliotecas" (Oliveira, 2011, p. 28).

Depois da Primeira Guerra Mundial, em um contexto de destruição iminente, as instituições se preocuparam mais fortemente na preservação e sobrevivência de seus acervos e os arquivos privados tiveram sua importância destacada de forma mais significativa. Já no contexto da Segunda Guerra Mundial, as mesmas questões reaparecem com mais veemência e, sobretudo, para que não representassem um possível apagamento da memória tanto institucional quanto privada. A autora destaca que na França é consolidado o reconhecimento dos arquivos pessoais como de interesse histórico por parte não só dos historiadores como também do governo e "(...) foi possível delinear ações que assegurassem a preservação e o acesso a esses arquivos, bem como sua manutenção" (OLIVEIRA, 2011, p. 28).

A Lei Francesa referenciada na literatura como Lei de 3 janeiro de 1979, é resultado de um processo histórico e, de certa forma, arquivístico também por envolver uma grande preocupação com o patrimônio da nação, já evidenciado com a criação de uma diretoria dos Archives de France, em agosto de 1945 (Boisdeffre, 2009). Tal Lei enuncia uma definição dos arquivos privados, segundo Nougaret (apud OLIVEIRA, 2011, p. 29), como "os arquivos produzidos (organicamente produzidos e recebidos) por pessoa física ou jurídica de direito privado".

Em 1857, o biógrafo e escritor jurídico George Harris of Rugby, quando escrevia a biografia de Philip York, percebeu a relevância dos documentos privados para a História e propôs a realização de um censo para identificação dos arquivos privados. Dois anos depois, 1859, este censo foi realizado com o propósito de publicizar manuscritos de interesse histórico, legal, científico, literário e originário de instituições e de famílias (OLIVEIRA, 2011).

Em 1869, foi estabelecida a Real Comissão de Manuscritos Históricos (Historical Manuscripts Commission - HMC), por iniciativa do Fórum de Manuscritos Históricos e Pesquisa Acadêmica. Era composta por pesquisadores de destaque da comunidade

acadêmica e por custodiadores dos documentos privados arquivados nos departamentos institucionais pública do Reino Unido. A HMC no início de suas atividades tinha prazo de duração, mas com o reconhecimento, valorização e visibilidade alcançadas por seu trabalho, sobretudo na comunidade de historiadores e dos arquivos, foi confirmada como uma comissão que deveria ter atividades de modo permanente assegurando, assim, sua preservação. Em 2019, completou 150 anos e realizou um evento comemorativo que apresentou várias atividades evidenciando a importância da realização destes censos através dos tempos para a preservação e acesso aos documentos que eram de interesse público.

Em 1980, nos Estados Unidos, Schellenberg (apud OLIVEIRA, 2011) apresenta os arquivos pessoais como uma discussão relativa ao campo da arquivística por tais documentos serem considerados fontes de pesquisas. Afirma que no século XIX os documentos manuscritos sobre a História dos Estados Unidos só tinham acesso liberado caso os interessados fossem historiadores e genealogistas; outros usuários que também acessavam arquivos pessoais, como os estudiosos da literatura, não tinham acesso aos arquivos da história estadunidense.

Segundo Oliveira (2011), em 1916, a Library of Congress (LC) utilizou censos periódicos muito parecidos com os desenvolvidos na França e Reino Unido; dois anos depois, a LC publicou este trabalho que teve a finalidade de identificar as coleções ou documentos de americanos dos EUA que tivessem real significado para a História do país.

Por fim, temos as experiências com os arquivos pessoais no Canadá, relatados por Taylor (1982 apud OLIVEIRA, 2011, p.32), que para além da intersecção entre preservação dos arquivos e da história, têm a importância cultural para os estudos históricos. Craig (2001 apud OLIVEIRA, 2011, p.32) enfatiza que:

os suportes diferenciados que compõem um arquivo pessoal (fotografias, fontes orais, diários, cartas, dentre outros), se constituem em fontes de pesquisa importantes para todo pesquisador, independentemente de sua formação e as restrições de acesso, como se davam no século XIX, atualmente não fazem sentido (OLIVEIRA, 2011, p.32).

No Brasil, em 1960, tivemos a primeira edição traduzida da publicação de 1891, do ‘Manual dos Holandeses’, de autoria dos arquivistas Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin, cujo título correto é ‘Manual de arranjo e descrição de arquivos’ e inaugura a disciplina arquivística como campo do conhecimento. Igualmente consolida o hábito de fazer e/ou seguir a rotina de um manual para sistematizar etapas dos processos de trabalho arquivístico, evidenciando que o ideal é sustentar um diálogo entre teoria, prática profissional e pesquisas acadêmicas.

As publicações de DAD (2015) e Camargo (2009) abordam a necessidade de estabelecer um consenso entre teoria e prática arquivísticas, sendo fundamental que os profissionais organizadores do arquivo, conheçam os contextos de produção dos documentos que fazem parte daquele determinado arquivo. Na primeira publicação vemos que a ‘tradição manualística’ foi consolidada no Brasil a partir da gestão de José Honório Rodrigues, como diretor do Arquivo Nacional, entre 1958 e 1964. Este momento foi bastante propício à tradução de muitas obras da área, normalmente de autores europeus e norte-americanos, dentre estas a mais importante foi, sem dúvida, a obra de Theodore Schellenberg.

No Manual de organização de arquivos pessoais (DAD, 2015) vemos que a década de 1970, foi um momento promissor e profícuo para a percepção da grande importância política e histórica dos arquivos no Brasil, por isso há reconhecimento e valorização dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa, especialmente pelo olhar dos historiadores. Neste período, tivemos a criação de diversos centros de documentação e memória, cuja missão institucional era também receber arquivos pessoais, como também o crescimento da presença de acervos e coleções documentais em outras instituições de memória, como bibliotecas e museus. Estas instituições de memória que detém arquivos começaram a se dedicar aos estudos e práticas sobre preservação e difusão de arquivos de políticos, cientistas, dentre outros.

O **Manual de Organização dos Arquivos Pessoais** (DAD, 2015) documenta resultados das ações desde o início do DAD, em 1989, a respeito da organização de tais arquivos e estes procedimentos eram baseados na “metodologia de organização de arquivos pessoais proposta pelo CPDOC (1998), instituição pioneira no tratamento de arquivos privados no Brasil” (DAD, 2015, p.11).

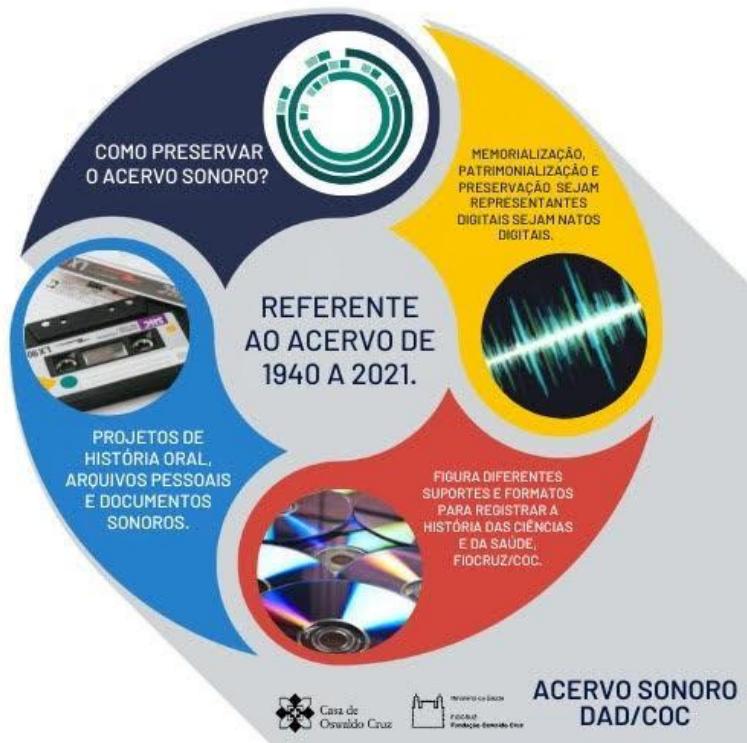
A partir dos anos 1980, vivenciamos um momento em que outras instituições arquivísticas ou associações profissionais difundem vários manuais técnicos, além de experiências importantes e inovadoras de autores nacionais. Acreditamos que isso se deu muito em função da formação de grandes profissionais como também pela interseção entre as instituições de memória, os arquivistas e a universidade que valorizam imensamente a preservação do arquivo, da memória e do patrimônio. Importante frisar que neste momento, o CPDOC/FGV e outras institucionais de memória, mesmo no âmbito internacional como a Sociedade de História da França, Comissão de Manuscritos da França, a HMC do Reino Unido e a LC dos EUA, contribuíram estabelecendo parâmetros de práticas metodológicas devido à publicação de seus procedimentos. Com isso, “(...) acionaram componentes conceituais e metodológicos da disciplina nos temas da conservação, identificação, classificação, descrição, avaliação, do acervo sob sua guarda” (DAD, 2015, p.7). Tal período é promissor pela (re)formulação de teorias e práticas arquivísticas no que diz respeito a disponibilização, preservação e tratamento dos arquivos pessoais para a pesquisa.

Ao longo da experiência adquirida no campo de trabalho brasileiro nos arquivos de instituições como CPDOC/FGV, DAD/COC e IEB/USP, veio a questão crucial: “O que fazer com os arquivos pessoais que ao longo do século XX passaram a ser abrigados em arquivos públicos e constituíram centros de memória e documentação?” (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 19). Para tanto, foi adotada a definição de arquivo pessoal concebida por Heloísa Bellotto (2006, p.266 apud DAD 2015, p.9), qual seja, o conjunto de papéis (manuscritos ou não), bem como material audiovisual, sonoro ou iconográfico que foram acumulados ou produzidos no decorrer da trajetória daquele personagem, cujo perfil pode ser de um estadista, político, cientista, escritor ou líder de categorias profissionais. Personagens cuja luta e atuação possam ter interesse para as pesquisas em suas respectivas áreas “(...) ou ainda pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade” (DAD, 2015, p.9).

Vale lembrar que o livro ‘Tempo e circunstância’ (Camargo e Goulart, 2007) e o ‘Manual de organização de arquivos pessoais do DAD’ (2015) são publicações basilares no que diz respeito ao tratamento arquivístico dos arquivos pessoais por critérios funcionais e as duas instituições que os produziram, Instituto FHC e COC, contribuem na

organização dos arquivos pessoais recebidos por elas, considerando suas peculiaridades (BORGES, 2021).

Figura 3: História oral, arquivos pessoais e o acervo sonoro do DAD/COC.



Fonte: Señal Memoria (2016, adaptado pela autora, 2021)

De acordo com a Figura 3, constatou-se uma demanda em relação ao DAD no sentido de construir uma metodologia própria, na qual o arranjo “contemplasse, ao mesmo tempo, as características dos arquivos pessoais sob sua guarda e também a identidade de seu acervo, esta identidade ligada à história das ciências e da saúde do nosso país” (DAD, 2015, p.11).

Santos (2012) desenvolveu em 2000, uma pesquisa como estudo de caso referente às práticas de um arquivo pessoal, no caso era o acervo do cientista Rostan Soares, a partir da percepção de um novo cenário na teoria e prática dos arquivos pessoais. Neste estudo, Santos apresenta a adoção do método que privilegia o critério funcional do arquivo pessoal no estabelecimento das divisões internas do fundo e estas receberam a denominação de grupos, subgrupos e dossiês. Nesse sentido, esta adoção

confirma que as práticas do DAD se filiam à arquivística contemporânea, considerando o que se preceitua a respeito da preservação de arquivos pessoais (DAD, 2015).

No **Manual de Organização de Arquivos Pessoais do DAD** (2015) constatamos que desde o início dos trabalhos de organização de arquivos, a COC faz a captação de arquivos pessoais que pertenceram aos cientistas, médicos e sanitaristas, com atuação nos campos das ciências biomédicas e da saúde, constituindo-se, assim, no campo empírico de seus documentalistas. Isso fez com que em pouco tempo, a instituição abrigasse um conjunto expressivo de arquivos pessoais e tenha consolidado seu papel de centro de referência na preservação e divulgação de tais arquivos, que se constituíram em “(...) fonte de valor inestimável para a compreensão dos processos científicos e sanitários do país durante todo o século XX e mais recentemente no desenvolvimento de estudos sobre a gênese e o tratamento destes arquivos” (DAD, 2015, p.8).

Tais arquivos podem ter gêneros documentais diversos, como material em áudio, vídeo, manuscritos, fotografias etc.; todos os documentos são incorporados e tratados segundo as normas específicas. Como já se disse, os dois projetos de história oral, Memória de Manguinhos e Memória da Assistência Médica da Previdência Social, iniciados em 1986, propiciaram o mapeamento e diagnóstico dos arquivos pessoais recebidos, e assim a COC iniciou a captação de arquivos pessoais de pesquisadores que foram autoridade em suas áreas e se destacaram nos campos das ciências biomédicas e da saúde pública.

Nesse sentido, os arquivos de Carlos Chagas e de Evandro Chagas, foram doados por Carlos Chagas Filho e ele mesmo, também depoente do projeto Memória de Manguinhos, doaria seu próprio arquivo pessoal ao DAD. Além destes dois arquivos pessoais de inegável representatividade, em 1990 os arquivos de Oswaldo Cruz e de Walter Oswaldo Cruz, que estavam abrigados no Museu de Oswaldo Cruz, também foram incorporados ao acervo do DAD. Importante ratificar que os arquivos de Oswaldo Cruz e de Carlos Chagas foram nominados pelo Programa Memória do Mundo, da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), respectivamente em 2007 e 2008.

Vale lembrar que, como já dissemos, o corte cronológico das fontes orais estudadas aqui corresponde ao período de 1940 até 2021, em que a primeira data é o

registro sonoro mais antigo existente no acervo, que integra o Fundo Paulo Carneiro, um arquivo pessoal; a última data diz respeito ao depoimento avulso de Nísia Trindade, que integra o Fundo Casa de Oswaldo Cruz.

A documentação permanente hoje inclui registros sonoros, fotográficos, cartográficos, iconográficos, pessoais, institucionais e filmicos, tendo cada uma destas categorias suas especificidades, tanto de guarda como preservação e conservação. No que se refere ao acervo sonoro, este é constituído de cerca de 4 mil horas de gravações com depoimentos (oriundos de projetos de pesquisa e de forma isolada, como depoimentos avulsos), palestras, conferências, reuniões técnico-científicas e administrativas, seminários ou celebrações.

Tais documentos são considerados fontes para pesquisa na área de história de ciências e da saúde, que registram aspectos singulares de acontecimentos histórico-culturais e técnico-científicos, por possuírem valor próprio irredutível como fonte primária que transcende os limites inerentes aos projetos de pesquisa que lhes deram origem, por já nascerem com valor permanente.

A preservação destes documentos sonoros, cuja maioria absoluta foi gerada em um contexto analógico, e sua conservação em um universo digital objetivando sua perpetuação, implica em pensarmos em estratégias que preservem suas características principais de autenticidade e originalidade. Significa dizer que não pode ser menosprezada sua importância como documentos que refletem a memória e a história institucional da Fiocruz, bem como das ciências e da saúde de maneira abrangente.

Até 2021, o acervo do DAD é composto de aproximadamente 87 arquivos pessoais, cujas datas de produção correspondem desde meados do século XVIII (1756-2010, Arquivo Carlos Chagas Filho) com grande predominância do século XX. Atualmente a captação de arquivos pessoais segue orientações da ‘Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz’ (FIOCRUZ/COC, 2013), em que “os arquivos institucionais e pessoais têm como parâmetros temáticos as ciências da vida – que envolvem as ciências da saúde, as ciências biomédicas, as ciências biológicas – e as ciências humanas e sociais alinhadas à missão institucional” (FIOCRUZ/COC, 2013, p. 13).

O percurso metodológico utilizado no DAD para organização de arquivos pessoais, tem dois momentos: o primeiro quando se seguia as diretrizes já utilizadas no

CPDOC, da FGV; e o segundo, quando se implanta outra metodologia mais apropriada para arquivos de cientistas, com definição de critérios funcionais e não tipológicos ou cronológicos; a partir daí, se define a composição dos grupos daquele determinado arquivo. Assim, vemos por intermédio da Arquivologia Contemporânea uma aproximação das práticas de organização dos arquivos pessoais e o diálogo com a preservação, o que anteriormente não era observado. Os procedimentos sugeridos e adotados vão além das etapas que integram a organização destes arquivos, como a identificação, arranjo, descrição e a guarda ordenada e:

(...) impactam igualmente na qualidade e consistência da sua informação e na sua preservação: as diretrizes institucionais que devem nortear a aquisição de arquivos e as etapas de diagnóstico e remanejamento do acervo para a instituição" (DAD, 2015, p.11).

A publicação **Manual de organização de arquivos pessoais do DAD** (2015) é dividida em três partes. Na primeira delas, temos a contextualização sobre aquisição de acervos arquivísticos e identificação de aspectos que norteiam a elaboração de políticas de incorporação de arquivos pessoais na COC, modalidades de aquisição, gêneros e formações documentais admitidos, bem como condições de acesso e direitos que a instituição pode exercer sobre o acervo. A segunda parte apresenta os processos de organização do arquivo que passa pela identificação (composta pelos estudos acerca do contexto e produção do arquivo e pela análise dos documentos); pelo arranjo devido ao quadro estruturante da trajetória do produtor do arquivo e pela descrição, que se baseia na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), elaborada pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Na terceira e última parte, temos o acondicionamento e armazenamento, onde são apresentadas ao leitor as orientações mais gerais a respeito de (...) instalações, mobiliário, equipamentos, materiais, dentre outros, adotados pela COC na guarda e preservação dos documentos arquivísticos em seus diversos suportes, juntamente com suas diretrizes institucionais: política de aquisição" (DAD, 2015, p.12).

Outra questão de relevância é o estabelecimento de uma política direcionada à aquisição de acervos pelas instituições que pode integrar um conjunto maior de diretrizes, no que consiste à função de custódia de arquivos de um determinado

segmento histórico ou cultural. Pode ser documentada em uma publicação relativa à incorporação de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, ou ainda referir-se especificamente à aquisição de arquivos pessoais. Os aspectos políticos e técnicos estão envolvidos na tomada de decisão quanto à incorporação de um acervo e eles não se limitam à aquisição propriamente dita, já que condições para preservação, acesso e disseminação devem ser consideradas.

Fraiz (1998) relata que uma das características mais essenciais dos arquivos pessoais é o valor informativo dos documentos que o compõe, ou seja, seu valor para fins históricos e de pesquisa, desprezando sua característica como prova legal, que é fundamental para os documentos públicos. Quando se trata de arquivos pessoais, a questão da prova legal perde o sentido, mas se ampliamos esse conceito, “(...) também podemos dizer que, na organicidade de um arquivo pessoal, na maneira como os documentos foram organizados e mantidos em seu local de origem, é que reside seu valor de prova”. (FRAIZ, 1998, p. 63)

No âmbito da literatura especializada temos duas concepções referentes aos arquivos privados e/ou pessoais. A primeira segue a linha de pensamento de pesquisadoras como Nedel (2014) e Heymann (2009) e de instituições como CPDOC, Instituto de Estudo Brasileiros (IEB/USP) e Universidade de Campinas (Unicamp), que trabalham com perspectivas a partir da legislação nacional e internacional referente a conceituação de *arquivos privados*. Tal linha de pensamento, por ser um conceito internacional, qualifica os documentos tanto de arquivos privados quanto de documentos não públicos, como parte constitutiva de um arquivo privado.

E a segunda concepção, encontrada na linha de trabalho de pesquisadores como Goulart (2017), Santos (2010, 2012), Oliveira (2011), Camargo (2009) e o Manual de organização de arquivos pessoais (DAD, 2015) seguem a terminologia de arquivos pessoais por terem maior proximidade com a prática arquivística. Neste campo de atividade, a autenticidade é o foco da questão, pois como na diplomática, esta característica é o *status* do documento.

A política de aquisição de arquivos pessoais se apropria da missão e dos objetivos da instituição e precisa estabelecer seus principais critérios que direcionarão as deliberações sobre incorporação de acervos documentais. O desejado é que esta

política oriente as decisões sobre sua pertinência para a instituição nestes principais aspectos:

- Linha de acervo, ou seja, o âmbito temático, temporal, geográfico etc. de interesse para a instituição.
- Modalidades admitidas de aquisição (doação, custódia, comodato, compra, permuta, entre outras).
- Gêneros documentais admitidos (documentos: textuais, [sonoros] iconográficos, cartográficos, dentre outros).
- Formações documentais admitidas (arquivos no todo e/ou em parte, coleções, itens documentais);
- Condições admitidas de acesso, nos casos em que o produtor ou custodiador reivindica restrições ao acesso do arquivo ou parte dele, como também nos casos em que tais restrições são ditadas pela legislação;
- Direitos da instituição sobre o acervo, após a sua aquisição (DAD, 2015, p.13).

No Manual de organização (DAD, 2015) vemos que os suportes do acervo sonoro são tratados em dois procedimentos arquivísticos: acondicionamento e armazenamento. O acondicionamento de documentos de arquivo tem como finalidade preservar e facilitar sua recuperação e acesso; deve ser feito utilizando embalagens confeccionadas em materiais e formatos adequados aos diferentes suportes documentais que o arquivo possua.

A publicação recomenda que tais suportes, independentemente se analógicos ou digitais, sejam mantidos em suas embalagens originais sempre. Se estas forem fitas cassete, recebem uma capa elaborada na fase de organização do acervo e possuem informações necessárias para sua identificação, tais como data da entrevista, nome do depoente, projeto e fundo a que pertence código de referência etc. Os suportes CDs ou DVDs quando não tiverem a embalagem original, deve-se optar por embalagens plásticas disponíveis no mercado, apropriadas para uso e que se assemelhem às originais. Em uma etiqueta registram-se igualmente as informações importantes para sua identificação e o número físico do documento (DAD, 2015).

Já a etapa de armazenamento consiste na guarda dos documentos em mobiliário próprio, considerando seu suporte e que esteja nas áreas de depósito em acordo com padrões de segurança e preservação do acervo. É preciso que acondicionamento e armazenamento sejam planejados, geridos e executados sob a coordenação de um profissional da área de conservação e tenha um planejamento de gerenciamento de

riscos. É importante salientar que as figuras 4 e 5, mostram, respectivamente, a forma de armazenamento do acervo sonoro e o mobiliário que o acondicionava no prédio da Expansão da Fiocruz, no DAD, sexto andar, e no CDHS, nova sede da COC, localizada no Campus de Manguinhos, armazenado em mobiliário igualmente apropriado para sua devida preservação.

Figura 4: Armazenamento do Acervo Sonoro – Fiocruz Campus Maré.



Fonte: Maciel (2020)

Figura 5: Armazenamento do Acervo Sonoro – CDHS.



Fonte: Silveira Junior (2022)

É importante ressaltar que a política de aquisição de arquivos pessoais da COC pauta-se pelas diretrizes e procedimentos adotados a partir do estabelecido na Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde (Fiocruz/COC, 2013), como também pelo Programa de Incorporação de Acervos da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz/COC, 2014). As diretrizes e procedimentos seguidos pela COC, bem como a elaboração de seus instrumentos de pesquisa, a torna uma instituição pioneira e referência no campo, quando se trata de uma política de preservação e gestão de acervos culturais em um plano de preservação digital.

Acreditamos que o grande diferencial seja a política de preservação e gestão de acervos documentais que considera o acervo sonoro como categoria independente do acervo audiovisual. Em grande parte das instituições de memória, os acervos audiovisuais são descritos como imagem & movimento, filmico, registros musicais, dentre outros, ou seja, os fundos e coleções são organizados e tratados de maneira indissociável, em conjunto. Este fato compromete os processos de gestão dos documentos e, com isso, a preservação digital do acervo sonoro que se encontra normalmente agrupado ao acervo audiovisual de maneira abrangente.

Por fim, a respeito da metodologia da história oral, acervo sonoro e arquivos pessoais, Neumann (2014) corrobora que o uso de entrevistas estabelece conexões com os arquivos pessoais e privados, como é o caso do acervo da COC. Nesse sentido, os arquivos pessoais têm uma contribuição na relevância dos documentos sonoros, uma vez que na COC, a partir da realização de entrevistas de história oral, um acervo de arquivos pessoais foi criado.

A elaboração deste subcapítulo consiste em uma versão mais detalhada sobre o acervo sonoro do DAD e por meio de Borges (2011), vemos que uma das formas de contextualizar e ratificar a importância dos documentos sonoros é a partir das boas práticas em relação a este acervo, proporcionando debates referentes à sua preservação digital.